



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB - IFPB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO
2ª LÍNGUA PARA SURDOS NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

MARIA DAS NEVES SILVA LINS

**INTERFACES ENTRE A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)
E A LÍNGUA PORTUGUESA NA CONSTRUÇÃO DA MODALIDADE
ESCRITA PELA CRIANÇA SURDA**

**JOÃO PESSOA
2021**

MARIA DAS NEVES SILVA LINS

**INTERFACES ENTRE A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)
E A LÍNGUA PORTUGUESA NA CONSTRUÇÃO DA MODALIDADE
ESCRITA PELA CRIANÇA SURDA**

TCC – Artigo apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus João Pessoa, Polo João Pessoa, para obtenção do título de Especialista em Ensino de Língua Portuguesa como 2ª língua para Surdos, sob a orientação da Profª Me. Nídia Nunes Máximo.

**JOÃO PESSOA
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Biblioteca Nilo Peçanha – IFPB, *Campus* João Pessoa

L759e Lins, Maria das Neves Silva
Interfaces entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a
língua portuguesa na construção da modalidade escrita pela
criança surda /Maria das Neves Silva Lins. –2021.
21 f.
Artigo (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa
como 2ª Língua para Surdos) – Instituto Federal da Paraíba –
IFPB / Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.
Diretoria de Educação a Distância.
Orientadora: Profª. Ma. Nídia Nunes Máximo
1. Língua portuguesa - Ensino. 2. Libras. 3. Educação
bilíngue. 4. Linguagem escrita. 5. Criança surda I. Título.
CDU 811.134.3:376

MARIA DAS NEVES SILVA LINS

INTERFACES ENTRE A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) E A LÍNGUA PORTUGUESA NA CONSTRUÇÃO DA MODALIDADE ESCRITA PELA CRIANÇA SURDA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora, do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), para obtenção do título de Especialista em Ensino de Língua Portuguesa como 2ª Língua para Surdos.

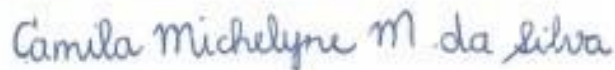
João Pessoa, 09 de abril de 2021.

BANCA EXAMINADORA

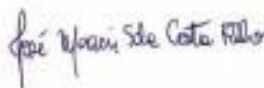


Nidia Nunes Máximo
Coord. de Letras LIBRAS
Departamento de Letras
UFPE
MAPE-2143407

Profa. Ma. Nidia Nunes Máximo
Orientadora – UFPE



Profa. Ma. Camila Michelyne Muniz da Silva
Avaliadora – UFPE



Prof. Dr. José Moacir Soares da Costa Filho
Avaliador – IFPB

INTERFACES ENTRE A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) E A LÍNGUA PORTUGUESA NA CONSTRUÇÃO DA MODALIDADE ESCRITA PELA CRIANÇA SURDA

Maria Das Neves Silva Lins¹

Nídia Nunes Máximo, Mestra²

Resumo: O presente estudo teve por intuito central compreender o processo de apropriação da escrita por crianças surdas, destacando-se ainda as principais dificuldades encontradas ao longo deste processo de aquisição, para posteriormente, discorrer sobre as possibilidades e estratégias que fomentem o aprendizado deste público com demandas tão específicas, através de uma pesquisa bibliográfica. O interesse pelo assunto se deu pelo fato de que os surdos ainda enfrentam barreiras para aquisição da língua portuguesa escrita, entretanto, verifica-se que cada vez mais estudiosos tem contribuído com pesquisas e reflexões para superar tais obstáculos. Este artigo foi desenvolvido com base em uma pesquisa bibliográfica, em que foram reunidas obras referentes à apropriação da escrita por crianças surdas. Foram utilizadas publicações de autores como Góes (1999), Guarinello (2007), Lacerda (2006), Quadros (1997), Fernandes (1996), dentre outros. Conclui-se que a Língua de Sinais possui fundamental relevância na aquisição da escrita pelas crianças surdas, haja vista que ela permite não apenas que a escrita se torne significativa, como também que as crianças surdas constituam seu conhecimento sobre a Língua Portuguesa escrita por meio da observação entre as semelhanças e diferenças com a língua de sinais. Constata-se que o bilinguismo do aluno surdo efetiva-se na convivência da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa.

Palavras-chave: Libras. Bilinguismo. Linguagem escrita.

Abstract: The present study had as main objective to understand the process of writing appropriation by deaf children in the initial school years, highlighting also the main difficulties encountered throughout this acquisition process, to later discuss the possibilities and strategies that foster the learning of this audience with such specific demands. The interest in the subject was due to the fact that the deaf still face barriers to acquire the written Portuguese language, however, it appears that more and more scholars have contributed with research and reflections to overcome such obstacles. Aligning with the initially established objective, the following guiding problem of the research was elaborated: What is the relationship of the Brazilian Sign Language with regard to the literacy process in the written modality of deaf students in the initial grades? The article was developed based on a bibliographic research, where works related to the appropriation of writing by deaf children were gathered. Publications by authors such as Góes (1999), Guarinello (2007), Lacerda (2006), Quadros (1997), Fernandes (1996), among others, were used. It is concluded that the Sign Language has fundamental relevance in the acquisition of writing by deaf children, given that it allows not only that writing becomes meaningful, but also that deaf children constitute their knowledge about the Portuguese Language written through the observation between the similarities and differences with the sign language. It appears that the deaf student's bilingualism is effective in the coexistence of the Brazilian sign language and the Portuguese language.

Key-words: Libras. Bilingualism. Written language.

¹ Graduada em pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

² Professora orientadora; Mestre em Linguística pela UFPE na área de descrição e análise estrutural de línguas, com foco na Fonologia da Libras.

Introdução

O presente estudo teve por temática central o processo de apropriação da escrita por crianças surdas nos anos escolares iniciais, destacando-se ainda as principais dificuldades encontradas ao longo deste processo de aquisição, para posteriormente, discorrer sobre as possibilidades e estratégias que fomentem o aprendizado deste público com demandas tão específicas. O interesse pelo assunto se deu pelo fato de que os surdos ainda enfrentam barreiras para aquisição da língua portuguesa escrita, entretanto, verifica-se que cada vez mais estudiosos tem contribuído com pesquisas e reflexões para superar tais obstáculos.

Os surdos conquistaram o reconhecimento legal da Língua de Sinais Brasileira (Libras) e, posteriormente, direitos educacionais e linguísticos importantes foram assegurados (BRASIL, 2002; BRASIL, 2005). Dentre esses direitos, salienta-se o de aprender e usar o português como sua segunda língua (L2), o qual deve ser viabilizado por meio de ações, como: a formação de professores, a avaliação diferenciada de textos escritos por esses indivíduos, etc.

Pertinente ao objetivo geral buscou-se investigar a relação da Língua Brasileira de Sinais no que concerne ao processo de alfabetização na modalidade escrita de alunos surdos nos anos iniciais. Em seu turno, os objetivos específicos foram: compreender o processo de apropriação da escrita por crianças surdas nos anos escolares iniciais; destacar as principais dificuldades encontradas ao longo deste processo de aquisição da escrita; apresentar as possibilidades e estratégias que fomentem o aprendizado deste público com demandas tão específicas.

Alinhando-se ao objetivo inicialmente estabelecido, foi elaborada a seguinte problemática norteadora da pesquisa: Qual a relação da Língua Brasileira de Sinais no que concerne ao processo de alfabetização na modalidade escrita de alunos surdos nos anos iniciais?

No que concerne ao procedimento metodológico, neste estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica. Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes (GIL, 2019).

Trata-se de um estudo exploratório. A pesquisa exploratória é uma metodologia de pesquisa para levantamento bibliográfico sobre um assunto. Segundo Gil (2019) as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com

vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Por fim, nos resultados do estudo constata-se que o bilinguismo do aluno surdo efetiva-se na convivência da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa.

2 Referencial Teórico

2.1 Desenvolvimento da linguagem

A linguagem é compreendida como um fenômeno psicológico que envolve a atividade de significação e atribuição de valor semiótico aos objetos do mundo físico e simbólico; é um processo que se desenvolve no plano das interações sociais. A língua, por sua vez, é uma determinada parte da linguagem; é um conjunto de convenções compartilhado socialmente (FONTES, 2017).

Conforme assinala Vygotsky (1988) as capacidades de linguagem, pensamento e cultura não se desenvolvem automaticamente, nem tampouco se compõem meramente de funções biológicas, mas também e, essencialmente, possuem origem social e histórica, transmitidas de uma geração para outra.

O mesmo autor esclarece que a linguagem foi criada ao longo da história da humanidade e, é por meio (e com o auxílio desse recurso), que a criança pode se comunicar com as pessoas que a rodeiam. A linguagem, portanto, se manifesta com uma função social que com o passar do tempo é utilizada para o desenvolvimento de seus processos internos.

Com efeito, a linguagem, além de ser um meio de interação resultante do desenvolvimento humano e social, é primordial para o desenvolvimento dos processos inerentes à criança. Contribuindo com o exposto, Lacerda (2006) aduz que a linguagem traz consigo o saber, os valores, as normas de conduta, as experiências organizadas pelos antepassados, influenciando o processo de formação do ser humano. Complementa ainda que é pela linguagem e na linguagem que se podem construir conhecimentos.

Conforme Vygotsky (1988), o desenvolvimento da linguagem aparece na criança como meio comunicativo e sofre a influência das pessoas que a rodeiam e dos vínculos estabelecidos com elas e com o meio social no qual estão inseridas. Em consonância, o autor supracitado considera ainda que a linguagem funciona como o processo de imersão na cultura humana, pois, à medida que convive com o outro, as crianças apropriam-se dos instrumentos e dos signos socialmente constituídos.

Por sua vez, Fernandes (2006) alude à linguagem como um fator fundante para o desenvolvimento psíquico, o que permite o aprendizado e desenvolvimento de outros aspectos, baseados na percepção e no pensamento, aperfeiçoados pela influência da linguagem.

2.2 Processo de aquisição da língua gestual–visual para a criança surda

No que diz respeito às crianças surdas, Vygotsky (1988) destaca que qualquer insuficiência física modifica não apenas a relação da criança com o mundo, mas, em especial, com as pessoas. A surdez é um traço biológico e não social, cabendo ao educador e à sociedade como um todo enfrentar suas consequências sociais, pois suas relações ocorrem de forma distinta.

Na mesma vertente, Lacerda (2006) pontua que é no contato com a linguagem, em uma sociedade que faz uso dela, que o sujeito a adquire. Para as pessoas surdas, esse contato é prejudicado, pois a língua oral é percebida através do canal auditivo, o qual nessas pessoas se apresenta alterado.

Com isso, no caso de crianças surdas, o atraso de linguagem pode trazer consequências emocionais, sociais e cognitivas, mesmo que realizem o aprendizado tardio de uma língua. Nesse sentido, Góes (1999) salienta que não há limitações cognitivas ou afetivas inerentes à surdez, tudo depende das possibilidades oferecidas pelo grupo social para seu desenvolvimento, em especial para a consolidação da linguagem.

No caso da surdez, a capacidade ou não de usar a linguagem é um critério decisivo para o desenvolvimento intelectual e cultural que vai depender do modo como essa linguagem é apresentada à criança em seu meio social (LACERDA, 2006). Desse modo, o desenvolvimento da criança surda deve ser compreendido como um processo social, e suas experiências de linguagem são concebidas como instâncias de significação e de mediação nas suas relações com a cultura, nas interações com o outro (GÓES, 1999).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) prevê toda essa interação. Apesar disso, muitos professores, mesmo tendo alunos surdos em sala de aula, desconhecem a história da cultura surda e da Libras. O conhecimento dessa cultura e da Língua Brasileira de Sinais auxilia e facilita a organização do planejamento de aulas ao traçar estratégias que venham tornar o processo educacional para esses alunos mais proveitoso.

Com vistas a isso, Giordani (2004) reitera a importância dos profissionais surdos no ensino de surdos, frisando que esses, além de interlocutores que compreendem sua língua, são

modelos linguísticos que desempenham papel de liderança perante as crianças. Sob essa perspectiva, é fundamental que a criança surda tenha contato com a língua de sinais o mais cedo possível, uma vez que essa é a única capaz de propiciar a formação dos surdos como sujeitos plenos, ampliando suas relações com o mundo.

Fernandes (2003) prioriza o suporte linguístico na língua de sinais, pois saber propiciar a aquisição da Língua de Sinais à criança surda, antes de tudo como respaldo e principal instrumento para o desenvolvimento dos processos cognitivos, é o primeiro grande e indispensável passo para a verdadeira educação deste indivíduo.

2.3 Interfaces entre a língua brasileira de sinais (libras) e a língua portuguesa na construção da modalidade escrita pela criança surda

O uso da língua de sinais se constitui como o principal meio de interação social para a pessoa surda e desempenha um papel de suma importância no ambiente escolar bilíngue, tendo em vista ocupar o espaço de língua de instrução. Tal constatação ocorre pelo fato de ser a língua que os surdos podem aprender naturalmente, no caso de filhos de pais surdos, e/ou em contato com outros surdos adultos, no caso de filhos de pais ouvintes.

A proposta de educação bilíngue para Surdos concebe o desenvolvimento da Língua Portuguesa baseada em técnicas de ensino de segunda língua. Essas técnicas partem das habilidades interativas e cognitivas já adquiridas pelas crianças surdas diante das suas experiências naturais com a LIBRAS.

O ensino de Libras envolve três diferentes aspectos: linguísticos, socioculturais e históricos. Com base nessa premissa, objetiva desenvolver habilidades de compreensão e produção em Libras, leitura e escrita em Libras, reflexão sobre como a língua de sinais funciona e seus usos, gramática, estudo da literatura produzida pelos surdos, desenvolvimento dos glossários, a origem da língua de sinais e sua evolução (GIORDANI, 2004).

Com efeito, a verdadeira proposta de educação bilíngue deve oferecer acesso às duas línguas, de modo igual, no contexto escolar, de que sorte que, no caso dos alunos Surdos, a língua de sinais seja a língua natural do aluno Surdo e o português, a segunda língua ensinada, para o domínio pleno desta em sua modalidade escrita.

A educação de alunos surdos sob uma perspectiva bilíngue traz uma grande contribuição para o desenvolvimento da criança surda, reconhecendo a língua de sinais como primeira língua e mediadora da segunda: a língua portuguesa. O bilinguismo favorece o desenvolvimento cognitivo e a ampliação do vocabulário da criança surda.

Considerando que a Libras é a língua em que o processo de aquisição da linguagem dos surdos ocorre naturalmente, Quadros (1997), Karnopp (2004) e Stumpf (2004) sugerem que as crianças devem adquirir, primeiramente, a escrita da língua de sinais, que representa as formas e os movimentos num espaço definido e possibilita ao surdo aprender a leitura e a escrita própria de sua comunidade.

Uma proposta de ensino bilíngue para a educação de surdos é aquela em que o ensino de uma segunda língua pressupõe a existência da primeira, no caso, a LIBRAS. Além disso, a aquisição da língua de sinais deve ser feita de maneira natural e espontânea, num ambiente que possibilite as práticas e interações bilíngues com adultos surdos.

Considerando que a Libras é a língua em que o processo de aquisição da linguagem dos surdos ocorre naturalmente, Karnopp (2004) sugere que as crianças devem adquirir, primeiramente, a escrita da língua de sinais, que representa as formas e os movimentos num espaço definido e possibilita ao surdo aprender a leitura e a escrita própria de sua comunidade.

Com efeito, o ensino do português como segunda língua para surdos deve ser realizado com base em uma língua passível de compreensão – a língua de sinais, para que o esperado encontro entre as duas línguas seja usado com o fim de nortear essa aprendizagem, que tem na L1 a base para a compreensão e significação dos processos socioculturais, históricos e ideológicos que perpassam a L2.

A LIBRAS é uma língua visual e espacial, modalidade que se destaca, imagética. Levam em conta as experiências visuais. Em um processo de aquisição de segunda língua há de se considerar as características do público-alvo. Faz-se pertinente esclarecer que nas sociedades ouvintes é frequente que a linguagem se atualize por meio de uma linguagem oral, cuja representação oral-auditiva corresponde às letras, sílabas, palavras e textos escritos. Por outro lado, nas comunidades surdas, a linguagem será alcançada pela língua de sinais, que possui estruturas próprias e utiliza-se do canal espaço visual (LACERDA, 2006).

As línguas de sinais são consideradas línguas naturais utilizadas pelas comunidades surdas. Seus elementos combinam-se uns com os outros, de modo visual em vez de auditivo. O conjunto de sinais possui significado como os vocábulos ou fonemas, e, assim sendo, suas construções combinam sinais que, por sua vez, acabam expressando ideias mais completas e complexas.

O aluno surdo não passa de uma língua para outra, pois ele adquire outra língua e se torna bilíngue. Essa passagem de aquisição de línguas é denominada interlíngua, isto é, o sistema de transição criado pelo indivíduo ao longo de seu processo de assimilação de uma

língua, ou seja, é a linguagem produzida a partir do início do aprendizado até o aluno ter alcançado seu teto na língua estrangeira (SILVA, 2001).

Nessa perspectiva, Lacerda (2006) alude à proposta de educação bilíngue, que considera a língua de sinais como própria dos surdos, sendo, por isso, adquirida primeiramente. A utilização efetiva da língua de sinais propiciará ao sujeito surdo o contato com a língua majoritária de seu grupo social, que, para ele, será sua segunda língua.

É de fundamental importância refletir sobre o bilinguismo como proposta educacional, constituindo a língua dos sinais como primeira língua e a língua portuguesa como segunda. Considerando que as línguas de sinais são naturais da comunidade surda e não apenas gestos e mímicas, a língua portuguesa torna-se uma possibilidade de desenvolver a consciência da importância da leitura e da escrita nessas crianças.

Brito (1993) descreve que para o surdo, a linguagem de sinais é uma modalidade gestual-visual de língua capaz de preencher todas as funções que as línguas orais-auditivas tem para o ouvinte. Consequentemente, para melhor educação do surdo a língua de sinais, em nosso caso a LIBRAS, é a forma pela qual se pode possibilitar a apropriação de linguagem e a comunicação efetiva. Logo, a intermediação da fala é relevante apenas se ela propiciar à criança um desenvolvimento cognitivo que favoreça a aquisição da escrita. Nesse caso, a “fala” para o surdo é a sua língua de sinais (BRITO, 1993).

O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança surda duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita (QUADROS, 1997).

A proposta bilíngue também vai permitir ao aluno surdo construir uma autoimagem positiva, pois além de utilizar a língua de sinais como língua natural, vai recorrer à língua portuguesa para integrar-se na cultura ouvinte. O bilinguismo chama a atenção para o aspecto da identificação da criança surda com seus pares. Considerando que, a educação bilíngue tem contribuído cada vez mais para que isso aconteça, sugerindo um novo olhar sobre a surdez, que se afasta de uma visão clínica e reabilitadora.

Vale frisar que a Lei n. 10.436, sancionada em 2002, considera como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – e outros recursos de expressão a ela associados, reconhecendo essa língua como o modo de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical

própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Assim, a aquisição de uma língua gestual-visual, tem para a criança surda uma função tão importante no seu desenvolvimento quanto à aquisição de uma língua falada para a criança ouvinte desde a mais tenra idade, antes da aprendizagem da escrita. Ela funciona como suporte do pensamento, como meio de comunicação e é através dela que o surdo pode fazer uma “leitura de mundo” (BRITO, 1993).

É necessário compreender que a língua de sinais apresenta uma modalidade diferente da língua oral e torna-se uma mediadora para o aprendizado de português. Vale ressaltar, que os meios favoráveis para a educação da língua portuguesa devem ser visuais, pois isso facilitará à compreensão deste aluno, sendo de fundamental importância à mudança de metodologia em sala de aula para que a surdez não seja usada como impedimento na aprendizagem. O importante então, é que seja oferecida uma educação que permita o desenvolvimento integral do indivíduo, de forma que desenvolva toda a sua potencialidade.

A aquisição da língua de sinais vai permitir à criança surda, acessar os conceitos da sua comunidade, e passar a utilizá-los como seus, formando uma maneira de pensar, de agir e de ver o mundo. Já a língua portuguesa, possibilitará o fortalecimento das estruturas linguísticas, permitindo acesso maior à comunicação (QUADROS, 1997).

3 Metodologia

Concernente à metodologia adotada para elaborar o presente estudo, optou-se por uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de portais oficiais na internet (GIL, 2019). Por isso, a base deste trabalho científico é a pesquisa bibliográfica. Sendo assim,

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Por sua vez, a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica ou dados percentuais, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão em torno do fenômeno (GIL, 2019). A pesquisa qualitativa centra-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Para Minayo (2018) a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Por conseguinte, a análise foi construída por meio de uma revisão de literatura narrativa, na qual parte-se da contextualização do problema, para em seguida apresentar as possibilidades presentes na literatura consultada (ALVES-MAZZOTTI, 2002). No presente estudo foram selecionadas obras de autores reconhecidos nacionalmente pelas pesquisas e publicações na área do bilinguismo, língua de sinais e aquisição da linguagem escrita, dentre eles: Góes (1996); Quadros (1997); Lacerda (2006), Brito (2003); Peixoto (2003); Lebedeff (2004); Fernandes (2006); Stumpf (2004) e Guarinello (2007). A pesquisa foi realizada entre os meses de janeiro a abril de 2021, na base de dados Google Acadêmico, utilizando os seguintes descritores: bilinguismo, língua de sinais (L1) e aquisição da linguagem escrita (L2).

4 Análises e discussões

4.1 teorias sobre a aquisição de segunda língua

As teorias sobre a aquisição de segunda língua podem trazer aspectos teóricos que elucidem o lugar dessas línguas na vida dos indivíduos surdos e apontem para metodologias de ensino de língua portuguesa que possam, de fato, auxiliá-los a saírem do aprendizado da LP para a aquisição da escrita.

As teorias sócio-construtivistas apresentam como ponto central a premissa de que aprendizagem e desenvolvimento são produtos da interação social. Há um conjunto de correntes variadas que, tendo como ponto central a interatividade psicossocial desenvolvem interpretações variadas para as diversas manifestações dos processos de desenvolvimento e aprendizagem. Para Vygotsky (1988), a natureza humana só pode ser entendida quando se

leva em conta o desenvolvimento sociocultural dos indivíduos. Não existe um indivíduo crescendo fora de um ambiente cultural.

4.2 Dificuldades no ensino da linguagem escrita

Em relação ao ensino da linguagem escrita, Guarinello (2007) relata que, até há pouco tempo, o ensino da escrita para o surdo era centrado na aprendizagem de palavras com o apoio concreto, primeiramente com o uso de objetos e depois com figuras. Essas palavras deveriam ser utilizadas em estruturas frasais pré-estabelecidas pelos professores, devendo ser memorizadas e aplicadas de forma correta pelos alunos.

O mesmo autor destaca que muitos são os problemas referidos quanto à escrita dos surdos, como frases mal estruturadas, falta de preposições, conjunções, flexões verbais etc. Tais ocorrências são comumente expostas como se fizessem parte do quadro de surdez, como se essas fossem as características da escrita de todos os surdos. Góes (1996) descreve que pessoas surdas, mesmo após um longo período de escolarização, apresentam grande dificuldade no uso da linguagem escrita.

Essas limitações são resultado das mediações sociais dessa aprendizagem e das práticas pedagógicas que, na maioria dos casos, são ineficazes para o atendimento dessas crianças, sobretudo no que tange aos anos iniciais. Uma das causas da ineficiência educacional está associada ao uso restrito da língua, nas relações de leitura e escrita. O mesmo autor constata que o conjunto de dificuldades descritas em estudos feitos quanto à linguagem escrita e a leitura relacionam-se, entre outros problemas, à qualidade das experiências escolares oferecidas ao surdo.

Em complemento Lebedeff (2004 apud THOMAS; LOPES, 2004) denota que uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos alunos ao ingressarem na escola refere-se ao fato de os surdos serem levados a aprender, ao mesmo tempo, aspectos da língua de sinais e da estrutura linguística da língua oral (leitura e escrita).

4.3 Construção da proposta de educação bilíngue

Em uma proposta de educação bilíngue, é possível tornar acessível à criança surda à apropriação de duas línguas, no próprio contexto escolar. Góes (1996) defende que essa é a proposta mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista a língua de sinais

como natural, baseada no conhecimento dela para o ensino da língua majoritária, preferencialmente na modalidade escrita.

Considerar a língua de sinais como a primeira língua do Surdo significa que os conteúdos escolares devem ser trabalhados por meio dela e que a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, será ensinada com base nas habilidades interativas e cognitivas adquiridas com a língua de sinais. Logo, os materiais didáticos e recursos educacionais digitais precisam ser desenvolvidos na língua materna desses sujeitos (GOES, 1996).

No Bilinguismo tem-se o reconhecimento da Língua de Sinais, além desta servir de mediadora à aquisição da Língua portuguesa na modalidade escrita, o que favorece a cognição e à ampliação vocabular do Surdo. Equivale reconhecer as duas línguas do cotidiano do Surdo sem que haja uma separação de ambas quanto à importância delas no processo educacional deste indivíduo. Assim sendo, como modelo educacional de Surdos, o Bilinguismo à escola cria como função primeira, o ensino da língua de sinais como primeira língua (L1), para posteriormente, trabalhar no Português escrito como segunda língua (L2).

4.4 Importância da apropriação da língua de sinais

Fernandes (2006) se posiciona da mesma forma, ratificando que a língua de sinais exerce função semelhante à oralidade no aprendizado da escrita pelos surdos, possibilitando a internalização de significados, conceitos, valores e conhecimentos que mediarão a apropriação imagética do sistema de signos escritos.

Para Góes (1996), a importância da apropriação da língua de sinais como a primeira língua do surdo cumpre a função de comunicação e formação do pensamento, por possuir uma estrutura gramatical própria e acessível, por meio da inserção na comunidade surda. Desse modo, a língua portuguesa deve ser ensinada na escola como segunda língua, com base na língua de sinais já constituída desde o nascimento, em que a língua foi adquirida por meio de relações estabelecidas com os “falantes” da mesma língua.

4.5 Aquisição da escrita da língua portuguesa

O professor de LP escrita para surdos pode evocar os conhecimentos teóricos da perspectiva sócio interacionista de Vygotsky (1988), dos estudos do letramento, das teorias do texto e do discurso, da linguística descritiva e das teorias da aquisição da aprendizagem, com finalidade de elaborar um material didático que promova a construção dos alunos surdos

como sujeitos críticos, emancipados e revolucionários, capazes de utilizar a linguagem em sua amplitude e diversidade nas situações de interação

Ainda no que concerne ao ensino da escrita da Língua Portuguesa, deve-se considerar, primeiramente, segundo Quadros (1997), que essa língua, além de ser a segunda língua dos surdos, é de modalidade gráfico-visual, ao contrário da Libras, que é visual-espacial. Por isso, a autora afirma que ela deve ser ensinada de forma diferente para as crianças surdas, mediante estratégias e técnicas próprias para o ensino de segunda língua, que partem de habilidades já adquiridas com a aquisição de sua primeira língua.

Na mesma vertente está a visão de Stumpf (2004, p. 158), para ela “a aquisição da escrita em sinais vai funcionar como suporte para a aprendizagem do português escrito”. Ademais, a autora considera que “quando as crianças conseguem aprender uma escrita que é a representação de sua língua natural amadurecem e melhoram o seu desenvolvimento cognitivo” (STUMPF, 2004, p. 380).

Em se tratando de Bilinguismo envolvendo a educação de alunos surdos deve-se, antes de tudo, compreender seus atores e o papel da escola e dos profissionais envolvidos, já que há a necessidade da formação do professor de Libras, de professores especializados no ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas.

Dessa forma, entende-se que na metodologia bilíngue, a Libras é tida como a primeira língua a ser ensinada e dela se valer para ensinar ao Surdo, entre outras coisas, o Português na modalidade escrita. Pelo fato das crianças surdas ingressarem à escola sem de fato terem adquirido uma língua, a instituição escolar deve fomentar o acesso a Libras por meio de interação social e cultural com indivíduos e grupos surdos.

Além do que já foi exposto, tendo por base a adoção de um currículo escolar de uma escola bilíngue, Quadros (1997) e Stumpf (2004) entendem que este deve incluir tanto os conteúdos desenvolvidos nas escolas comuns como a disciplina de Libras, que envolve a modalidade gestual e escrita e importantes aspectos da cultura da comunidade surda. Os conteúdos devem ser trabalhados na língua nativa dos alunos, ou seja, na língua de sinais, e a Língua Portuguesa precisa ser ensinada, após a aquisição da primeira língua, focalizando a leitura e a escrita.

Contudo, de acordo com Brito (2003) a língua em si possui uma diversidade de fenômenos linguísticos e assim, como a língua portuguesa, a Libras têm suas próprias regras gramaticais, regras estas, que também devem ser respeitadas e consideradas ao investigar e analisar a escrita destes sujeitos – os surdos, para posteriormente dirigirem-se métodos que contemplem de forma colaborativa a aquisição de segunda língua por esses.

Quanto à instituição de ensino, Quadros (1997) afirma que ela tem um papel fundamental na aquisição da língua de sinais pelos alunos e seus familiares. Cabe a ela criar um ambiente linguístico apropriado, que considere o desenvolvimento cognitivo e as condições físicas das crianças surdas, e que garanta a elas atendimento por profissionais que dominem Libras, preferencialmente pessoas surdas.

Lacerda (2006) expõe que a escola pode incluir em sala de aula um intérprete de língua de sinais, o qual precisa estabelecer uma parceria com o professor da turma e participar das discussões de planejamento e de organização das estratégias educacionais, para que não haja um desequilíbrio das relações pretendidas no espaço escolar. Quadros (1997) observou que no Brasil, através do contato com alguns surdos que tiveram a oportunidade de desenvolver a língua de sinais desde a mais tenra idade (por serem filhos de pais surdos), percebeu-se que a qualidade das produções escritas e de suas leituras é superior à produção e compreensão de muitos alunos surdos que não tem acesso à língua de sinais precocemente.

Segundo Skliar (1999), a língua de sinais é natural para o surdo, pois é adquirida de forma rápida e espontânea, por isso a criança surda precisa ter acesso à língua de sinais o mais cedo possível, antes mesmo do seu ingresso na escola. Daí a necessidade de a criança surda, filha de pais ouvintes, bem como de sua família, terem contato com adultos surdos, usuários de língua de sinais, uma vez que a língua de sinais representa um papel expressivo na vida do sujeito surdo, conduzindo-o, por intermédio de uma língua estruturada, ao desenvolvimento pleno.

Lacerda (2000) refere que essa língua fornece para a criança surda a oportunidade de ter acesso à aquisição de linguagem escrita e de conhecimento de mundo e de si mesma. Corroborando com os resultados, Fernandes (2006) aduz que a língua de sinais exerce uma função semelhante à oralidade no aprendizado da escrita pelo surdo, onde internalização de significados, conceitos, valores e conhecimentos se realizam através do domínio dessa modalidade de língua, constituindo a base simbólica necessária à apropriação da escrita. Sendo assim, é por meio da Libras que a linguagem da maior parte das crianças surdas evolui, é por meio dela que as possibilidades cognitivas e conceituais para nomear e categorizar a realidade acontecem.

4.6 Letramento

O Letramento corresponde a atividades que envolvem o uso da linguagem em constante experiência com as práticas sociais de leitura e escrita. Os estudantes surdos serão

conduzidos a desenvolver e ampliar as práticas de letramentos, mediante a negociação sentidos, da compreensão das relações de poder e das transformações culturais como agentes integradores de culturas e comunidades diferentes, adequando-se aos contextos de forma consciente e ativa.

Há um conjunto de práticas e eventos dentro da cultura surda que ativam as língua de sinais e suas formas de interação produzindo um letramento tanto individual como social que revelam dinâmicas próprias de atuar e interagir socialmente. Essas construções simbólicas são interdependentes de determinados contextos e espaços sociais que propiciam a ocorrência de distintas formas enunciativas. A metodologia de Libras deve estar em alinhamento com as diferenças produzidas dentro desses diferentes espaços que possibilitam a emergência do discurso surdo.

Peixoto (2006) compreende que a língua de sinais instrumentaliza o surdo a interpretar e a produzir palavras, frases e textos da língua escrita, assumindo papel semelhante ao que a oralidade desempenha quando se trata da apropriação da escrita pelo ouvinte. A primeira língua de uma criança norteia, promove e facilita o acesso à escrita, e é justamente por isso que somos levados a pensar que surdos e ouvintes monolíngues terão vivências diferenciadas em relação à construção da escrita.

Ao contrário do que acontece a esses últimos, os surdos não vão aprender uma escrita que intenciona representar a língua pela qual eles organizam a realidade. O processo de significação se daria da língua de sinais para a língua portuguesa escrita ao invés de ser da língua portuguesa oral para a língua portuguesa escrita (PEIXOTO, 2006).

Lebedeff (2004) assinala ser de fundamental importância da exposição das crianças surdas à leitura de livros infantis, pois as histórias, além de prazerosas, contribuem como fontes de conhecimento sobre o mundo e sobre a própria escrita. Em conclusão, Lebedeff (2004, p. 139) considera que “o acesso ao mundo letrado deve ter, como um dos principais caminhos, o conto de histórias em língua de sinais pelo adulto surdo e a leitura de imagens gráficas, considerando, assim, a grande capacidade visual desses alunos”.

5 Considerações Finais

O momento atual apresenta uma intensificação nas discussões em torno de uma proposta bilíngue de educação. Cabe lembrar que o objetivo da proposta bilíngue é de garantir ao aluno surdo um desenvolvimento cognitivo-linguístico compatível com o desenvolvimento de ouvintes da mesma faixa etária, a partir da língua de sinais e em convivência com seus

pares surdos para a construção e a valorização da identidade surda e assegurar a aprendizagem da língua majoritária como segunda língua, na companhia harmoniosa dos ouvintes. Assim, o aluno surdo terá acesso a duas línguas: a língua de sinais e a língua do grupo majoritário.

Para que os alunos surdos possam se apropriar integralmente dos conteúdos ministrados em sala de aula, é preciso respeitá-los em suas demandas linguísticas. Dessa maneira, torna-se necessário que esses alunos tenham acesso aos conteúdos escolares em Libras, tendo em vista que essa é a língua passível de aquisição e que pode melhor mediar a construção de novos conhecimentos. Isto se dá porque a língua de sinais, por utilizar o canal visual-gestual, é a única modalidade de linguagem plenamente acessível ao surdo, favorecendo seu desenvolvimento e auxiliando-o em sua constituição de sujeito. Assim, a língua de sinais deve ser incorporada às práticas pedagógicas para um desenvolvimento integral do aluno surdo, levando em conta a sua particularidade linguística e, portanto, o acesso à cultura do grupo no qual está inserido.

O objeto do ensino de LP escrita para surdos no material didático deve ser, então, os usos da língua que se dão através de textos. O professor precisa propor um programa de ensino aprendizagem alicerçado nos eixos leitura, análise linguística e produção de textos escritos. O material didático tem como função principal criar oportunidades para o aluno construir, analisar, discutir e levantar hipóteses, a partir da leitura de diversos gêneros, para que ele possa, assim, compreender o funcionamento da LP escrita.

A partir desse momento, o professor de LP escrita para surdos sente a urgência de rever os conteúdos programáticos a partir da concepção de língua como interação e, conseqüentemente, rever os objetivos e os procedimentos de ensino de língua em todas as fases do percurso escolar. Assim, o ensino prioriza as habilidades do aluno como sujeito interlocutor, que escreve e lê textos.

A Libras surge como um instrumento de ensino de Português, pois promove a contextualização do estudante nas atividades da linguagem, de maneira geral. É a partir da Libras que os estudantes surdos organizam seu mapa cognitivo e sua percepção do mundo. Assim, a língua de sinais é imprescindível como língua de instrução para o estudo de qualquer disciplina, especialmente da disciplina de língua portuguesa, diante da condição bilíngüe dos indivíduos surdos.

Apesar de o aluno surdo apropriar-se dos saberes por meio da língua de sinais, que deve ser incorporada às práticas educacionais como direito linguístico, também é de seu direito a aprendizagem do português escrito, uma vez que as mediações simbólicas que regem

as relações do homem com os conhecimentos adquiridos historicamente são efetivadas, em grande parte, pelo registro escrito.

Por fim, as habilidades precisam estar presentes nas sequências didáticas de forma progressiva a partir do diagnóstico no estágio de interlíngua em que o aluno surdo se encontra, para que o aluno possa, de fato, experienciar o processo de aquisição da LP na modalidade escrita.

A Língua de Sinais possui fundamental relevância na aquisição da escrita pelas crianças surdas, haja vista que ela permite não apenas que a escrita se torne significativa, como também que as crianças surdas constituam seu conhecimento sobre a Língua Portuguesa escrita por meio da observação entre as semelhanças e diferenças com a língua de sinais. Constata-se que o bilinguismo do aluno surdo efetiva-se na convivência da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa.

Referências

- ALVES-MAZZOTTI, A. J. A “revisão bibliográfica” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Org.). **A bússula do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. São Paulo: Cortez, 2002.
- BRASIL, **lei nº 9.394/96**. Brasília: Senado Federal, 1996.
- BRASIL, **lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências, Brasília, 24 de abril de 2002.
- BRASIL, **decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 22 de dezembro de 2005.
- BRITO, L. F. **Integração social e educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.
- FERNANDES. (Org.). **Surdez e bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2006.
- BRITO, Ferreira, L. **Integração social & educação dos surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 2003.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- FONTES, M. **A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento Dos Processos Psicológicos Superiores**. 13 Ed. São Paulo: Selo Martins, 2017.
- GIORDANI, L.F. Encontros e desencontros da língua escrita na educação de surdos. In: A.C.B. LODI et al. (Orgs.). **Leitura e escrita no contexto da diversidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GÓES, M. C. R. de. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1999.
- GUARINELLO, A. C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.
- KARNOPP, L. Língua de sinais e língua portuguesa: em busca de um diálogo. In: A. C. B. LODI et al. (Orgs.). **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- LACERDA, C. B. F. de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. Campinas: Cad. CEDES, v.26. n.69, maio/ago. 2006.
- LACERDA, C.B.F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. (Org.). **Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngue**. São Paulo: Plexus, 2000.
- LEBEDEFF, T. B. Práticas de letramento na pré-escola de surdos: reflexões sobre a importância de contar histórias. In: A. da S. THOMAS; M.C. LOPES. **A invenção da**

surdez:Cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004, p. 128-139.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: HUCITEC, 2018.

PEIXOTO, Renata Castelo. Algumas considerações sobre a interface entre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 205-229, Ag. 2006.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. São Paulo: Plexus. 2001.

THOMAS, M.C; LOPES, A. **A invenção da surdez: Cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos, a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SKLIAR, C. (Org.). **Atualidades da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

STUMPF, M. Transcrições de língua de sinais brasileira em signwriting. In: A. C. B. LODI. (Orgs.). **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.